

28/06/2022

APEOESP

48

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

**EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE
SÓ COM
PROFESSOR
HABILITADO**

Secretaria de Comunicação

Em defesa da nossa carreira e da valorização do Magistério

Reunida em 28 de junho, a Diretoria Executiva da APEOESP tomou firme posição contra a Resolução SEDUC 49/2022, que altera a resolução de atribuição de aulas, permitindo que professores sem habilitação específica ministrem aulas nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio de disciplinas como História, Geografia, Artes e outras - inclusive aquelas criadas no âmbito da farsa do velho “novo” ensino médio. Também poderão ministrar aulas pedagogos e estudantes de Pedagogia.

Ao assim proceder, o governo Doria/Rodrigo Garcia/Rossieli Soares pretende responder com casuísmo e desregulamentação da nossa profissão a um problema estrutural da Educação pública paulista que há anos vimos denunciando: a desvalorização do Magistério, a destruição das nossas condições de trabalho, os violentos ataques à qualidade do ensino e o real abandono das escolas estaduais.

Valorização com formação é o caminho para a qualidade do ensino

A APEOESP tem uma luta histórica em defesa da formação dos professores e da profissionalização do nosso trabalho. A meta 17 dos Planos Nacional e Estadual de Educação, luta na qual fomos protagonistas e cuja implementação foi objeto de nossa greve histórica de 2015, traz esse novo conceito de valorização, articulando formação e remuneração dos professores, estabelecendo que nossos salários têm que ser equivalentes à média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior.

Estamos em luta pela revogação da Lei Complementar 1374/2022 (subsídio) porque ela destrói a nossa carreira e desestrutura a nossa profissão, afastando ainda mais os jovens da possibilidade de ingressarem como professores na escola pública.

Assim, a APEOESP reafirma e intensificará a campanha para que os professores não optem pelo subsídio, na perspectiva de que, no próximo

governo, possamos recuperar a nossa carreira, por meio de um amplo debate na rede estadual de ensino e por meio da retomada da comissão paritária de gestão da carreira.

Magistério não é “bico”

Esta resolução da SEDUC abre caminho para que se implemente no Estado de São Paulo a famigerada contratação de professores “por notório saber”, possibilidade criada pela reforma do ensino médio (MP 746/2016) e pela Base Nacional Comum Curricular imposta pelo governo Bolsonaro. Com isso, engenheiros, tecnólogos, dentistas, administradores, economistas e quaisquer outros profissionais, que não possuem qualquer formação pedagógica, poderão ministrar aulas. Respeitamos todas as profissões, assim como a nossa precisa ser respeitada. Não podemos permitir! Magistério não é “bico”.

A APEOESP buscará diálogo com as Universidades, Faculdades e Centros de Formação sobre a necessidade dos cursos de licenciatura e uma ação comum pelo fortalecimento da profissão, por meio de pressão sobre o Estado e trabalho entre os jovens. Também realizaremos um amplo debate na rede estadual de ensino.

Concursos públicos já!

É preciso que o Estado realize urgentemente concursos públicos para contratação de professores habilitados e que aplique imediatamente o reajuste de 33,24% relativo ao piso salarial profissional nacional, na perspectiva do cumprimento da meta 17 dos PNE/PEE. Da mesma forma, é necessário que o Estado cumpra de forma correta a jornada do piso, prevista na lei 11.738/2008, com a destinação de 1/3 da jornada para as atividades extraclasse.

Também reafirmamos que os professores da categoria O devem ter as mesmas condições funcionais dos professores da categoria F, até que se realizem concursos.

Impactos do PEI na falta de professores

É inegável que a implementação do Programa de Ensino Integral (PEI),

sem valorização profissional e salarial da categoria, apenas agrava o problema da falta de professores, seja porque grande parte é absorvida pelo regime de dedicação exclusiva, seja porque a maior permanência dos estudantes nas escolas demanda mais atividades, sem que haja professores em número suficiente. Da mesma forma, o velho “novo” ensino médio, com dezenas de novas disciplinas, acaba prejudicando os alunos, que ficam sem professores.

Sem estrutura, sem professores valorizados, sem gestão democrática, sem que os pais queiram enviar seus filhos e os jovens queiram estudar em uma escola de educação integral e integrada, um programa como o PEI não passa de um engodo, marketing eleitoral que nada acrescenta aos direitos educacionais da juventude. Ao contrário, exclui os estudantes que trabalham e deixa também sem escola aqueles que não pretendem estudar em unidade PEI.

O agravamento da violência nas escolas

É preciso que tenhamos claro os graves impactos sociais da falta de professores na aprendizagem dos estudantes, na qualidade da Educação e, também, no agravamento da violência nas escolas. Faltam funcionários, faltam professores, faltam condições estruturais nas escolas, há superlotação nas salas de aula, faltam professores mediadores, falta participação da comunidade e a violência nas escolas não é, em absoluto, culpa dos professores.

As causas da violência ficaram explícitas nas pesquisas que a APEO-ESP realizou sobre o tema. Em 2013, nossa pesquisa demonstrou que mais de 40% dos professores ministravam aulas em mais de um turno, sendo que 5% ministravam em três turnos. Mais de 50% ministravam aulas em mais de uma disciplina.

As pesquisas mostraram que na média, as salas de aula contavam com mais de 38 estudantes. Tanto em 2013, quanto em nova pesquisa em 2014, o salário dos professores foi considerado muito baixo, sendo que, em 2013, apenas 20% dos entrevistados consideraram esses salários adequados. Em 2014, em média apenas 13% dos entrevistados consideraram que os professores eram valorizados pelo governo.

As condições socioeconômicas da comunidade impactam na violência escolar e não existem políticas públicas que atuem sobre essa realidade, que a pandemia certamente agravou. Apesar disso, o governo estadual reduziu drasticamente a presença de professores mediadores nas escolas. Em 2014, a pesquisa mostrou que 2 em cada 8 Conselhos de Escola não se reuniam regularmente, assim como a pesquisa de 2013 demonstrou que, em média 35% a 40% das escolas não desenvolviam nenhum projeto de prevenção e combate à violência.

Por todo o exposto, exigimos a revogação o artigo 10 A da resolução de atribuição de aulas, introduzido pela Resolução SEDUC 49/2022.

PELA REVOGAÇÃO DA FARSA DO “NOVO” ENSINO MÉDIO

A APEOESP defende um projeto educacional para a juventude. Isso significa dizer que o Estado deve oferecer aos nossos jovens ensino médio de qualidade, que articule ensino-ciência-cultura-tecnologias e os prepare para a continuidade dos estudos, para o mundo do trabalho e para a vida.

Em São Paulo, assim como em outros estados, na esteira da reforma do ensino médio, trilha-se o caminho inverso, rebaixando a qualidade do ensino, esvaziando o currículo, realizando um falso protagonismo juvenil e um arremedo de formação profissional, que oferece cursos destinados a um suposto empreendedorismo que, na realidade, remete nossa juventude ao subemprego.

A APEOESP luta pela revogação dessa farsa de “novo” ensino médio e trabalha para a organização de um grande movimento que envolva professores, pais, mães, estudantes, universidades, movimentos sociais e todos os segmentos comprometidos com a qualidade da Educação.

Webconferência e amplo debate na rede estadual de ensino

Para tanto, nosso Sindicato organizará uma webconferência, em data

Secretaria de Comunicação

a ser definida, com a participação de professores da rede, acadêmicos, estudantes, CNTE, SBPC, o relator das diretrizes nacionais para o ensino médio, que foram abandonadas pelos governos Temer e Bolsonaro e demais interlocutores.

Para subsidiar esse debate, realizaremos em breve uma enquete entre os professores para pontuar os principais problemas por eles identificados e seus pontos de vista com relação ao ensino médio.

Também faz parte desse debate e da nossa luta a exigência de que o Estado organize um mutirão de professores habilitados para que se possa oferecer aos estudantes o acesso ao conhecimento que não lhes foi acessível durante a pandemia.

COMEÇAM A SURGIR OS COMITÊS SÍNDICAIS POPULARES DE LUTA NAS SUBSEDES

Seguindo a determinação do Conselho Estadual de Representantes (CER), iniciou-se o processo de organização dos Comitês Sindicais Populares de Luta no âmbito das subsedes da APEOESP.

Até o momento, lançaram seus comitês as subsedes de Salto, Osasco, Baixada Santista, Suzano, Araçatuba, São Miguel. Estão previstos novos lançamentos nas subsedes de:

Limeira - 29/06

Sudoeste - 29/06

Itaquaquecetuba - 06/07

Itapevi - 09/07

Ribeirão Pires - 09/07

Agrupamento de subsedes: Dracena, Presidente Prudente, Tupã, Osvaldo Cruz, Presidente Venceslau, Teodoro Sampaio, Andradina, Pereira Barreto, Araçatuba, Assis e Penápolis - 09/07

Itaquera - 30/07

Guarulhos - 30/7

Campinas - 06/08

Os comitês devem ser articulados juntamente com outras entidades e movimentos na região como espaço de debates sobre as questões econômicas, políticas, educacionais e profissionais que atingem nossa categoria, a classe trabalhadora e a população geral. Devem realizar ações nos bairros para esclarecer à sociedade sobre essas questões e obter apoio às nossas lutas e ao movimento para transformar o estado de São Paulo e o Brasil.

Como parte desse movimento, a APEOESP irá, entre outras iniciativas:

- Apresentar às frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo manifestação unificada contra Bolsonaro.
- Realizar debate híbrido com representantes das frentes, partidos, associações.
- Publicar material específico para subsidiar os comitês e a mobilização.
- Realizar caravana nas regiões.

MOBILIZAÇÃO ABRE PERSPECTIVAS DE DERRUBADA DO CONFISCO

A APEOESP participou na terça-feira 28, na Assembleia Legislativa de audiência pública promovida pelo mandato da deputada Professora Bebel contra o confisco salarial de aposentados e pensionistas, juntamente com outras entidades do funcionalismo.

Como encaminhamento da audiência, uma comissão foi recebida pelo presidente da Alesp, deputado Carlão Pignatari, o qual informou que existem tratativas com o governo estadual que podem levar à revogação do confisco, desde que seja encontrada solução legal para que não haja contestações judiciais.

Assim, é fundamental que a mobilização continue e se intensifique, pois foi a nossa mobilização que nos trouxe até esse momento e só deve terminar com a nossa total vitória.